

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES ENTRE EMANCIPAÇÃO E TECNIFICAÇÃO:
TENSÕES CONTEMPORÂNEAS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS
BRASILEIRAS**

**TEACHER TRAINING BETWEEN EMANCIPATION AND TECHNICAL TRAINING:
CONTEMPORARY TENSIONS IN BRAZILIAN EDUCATION POLICIES**

**FORMACIÓN DE DOCENTES ENTRE LA EMANCIPACIÓN Y LA
TECNIFICACIÓN: TENSIONES CONTEMPORÁNEAS EN LAS POLÍTICAS
EDUCATIVAS BRASILEÑAS**

Luiz Fernando Ridolfi

Mestre em Intervenção Psicológica no Desenvolvimento e na Educação
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha
E-mail: luizridolfi@hotmail.com

Andréa Rodrigues da Rocha

Mestranda em Educação com ênfase em TIC's na Educação
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha
E-mail: macaursa@gmail.com

Mateus de Macedo

Mestre em Educação com ênfase em Formação de Professores
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha
E-mail: mateuseuler@gmail.com

Valquíria Cardoso

Mestranda em Tecnologias Emergentes na Educação
Must University (MUST), Florida, USA
E-mail: valqana@gmail.com

Antonio Emanuel Costa Miranda

Mestrando em Educação com ênfase em Formação de Professores
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha
E-mail: emanoel_costa2017@yahoo.com.br

Marcia Mello dos Santos Decotelli da Silva

Mestranda em Educação com ênfase em Formação de Professores

Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha

E-mail: marciamelloooo@gmail.com

Resumo

O presente estudo analisa as tensões contemporâneas que atravessam a formação de professores no Brasil, situadas entre perspectivas emancipatórias de educação e processos de tecnificação decorrentes das atuais políticas educacionais. O estudo desenvolve-se a partir de um ensaio teórico de natureza crítico-analítica, fundamentado em autores da tradição crítica da educação e da filosofia social, com especial atenção às contribuições de Adorno, Saviani, Imbernón e Severino. Tomam-se como objeto de análise a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Resolução CNE/CP nº 2/2019, documentos que orientam a formação inicial docente e expressam uma racionalidade normativa centrada no desenvolvimento de competências e habilidades alinhadas às demandas do mercado. Argumenta-se que tais diretrizes tendem a promover a padronização dos processos formativos, o esvaziamento da dimensão teórico-crítica da docência e a redução da autonomia profissional dos professores. A análise evidencia que a centralidade atribuída à tecnificação da formação docente contraria os princípios de uma educação inclusiva, democrática e socialmente referenciada. Conclui-se que a formação inicial e continuada de professores necessita ser ressignificada a partir de uma perspectiva emancipatória, capaz de fortalecer a docência como prática intelectual, política e transformadora, comprometida com a pluralidade cultural e a inclusão educacional.

Palavras-chave: Formação de Professores; Políticas Educacionais; Tecnificação da Docência; Educação Emancipatória; Educação Inclusiva.

Abstract

This study analyzes the contemporary tensions that permeate teacher training in Brazil, situated between emancipatory perspectives on education and technification processes resulting from current educational policies. The study is based on a critical-analytical theoretical essay, grounded in authors from the critical tradition of education and social philosophy, with special attention to the contributions of Adorno, Saviani, Imbernón, and Severino. The objects of analysis are the National Common Core Curriculum (BNCC) and Resolution CNE/CP nº 2/2019, documents that guide initial teacher training and express a normative rationality centered on the development of competencies and skills aligned with market demands. It is argued that such guidelines tend to promote the standardization of training processes, the emptying of the theoretical-critical dimension of teaching, and the reduction of teachers' professional autonomy. The analysis shows that the centrality attributed to the technification of teacher training contradicts the principles of inclusive, democratic, and socially referenced education. It is concluded that the initial and continuing training of teachers needs to be redefined from an emancipatory perspective, capable of strengthening teaching as an intellectual, political, and transformative practice, committed to cultural plurality and educational inclusion.

Keywords: Teacher Training; Educational Policies; Technification of Teaching; Emancipatory Education; Inclusive Education.

Resumen

El presente estudio analiza las tensiones contemporâneas que atraviesan la formación de docentes en Brasil, situadas entre las perspectivas emancipadoras de la educación y los procesos de

tecnificación derivados de las políticas educativas actuales. El estudio se desarrolla a partir de un ensayo teórico de naturaleza crítico-analítica, basado en autores de la tradición crítica de la educación y la filosofía social, con especial atención a las contribuciones de Adorno, Saviani, Imbernón y Severino. Se toman como objeto de análisis la Base Nacional Comum Curricular (BNCC) y la Resolución CNE/CP nº 2/2019, documentos que orientan la formación inicial del profesorado y expresan una racionalidad normativa centrada en el desarrollo de competencias y habilidades alineadas con las demandas del mercado. Se argumenta que estas directrices tienden a promover la estandarización de los procesos formativos, el vaciamiento de la dimensión teórico-crítica de la docencia y la reducción de la autonomía profesional de los profesores. El análisis pone de manifiesto que la centralidad atribuida a la tecnificación de la formación docente contradice los principios de una educación inclusiva, democrática y con referencia social. Se concluye que la formación inicial y continua de los docentes debe ser redefinida desde una perspectiva emancipadora, capaz de fortalecer la docencia como práctica intelectual, política y transformadora, comprometida con la pluralidad cultural y la inclusión educativa.

Palabras clave: Formación de Profesores; Políticas Educativas; Tecnificación de la Docencia; Educación Emancipadora; Educación Inclusiva.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a formação de professores no Brasil tem ocupado posição central nos debates educacionais, em especial diante das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que atravessam a escola contemporânea. Em um contexto marcado pela intensificação das desigualdades sociais, pela pluralização das identidades e pela ampliação das demandas por inclusão, a docência passa a ser interpelada por múltiplas exigências que extrapolam o domínio técnico-pedagógico, exigindo uma formação crítica, reflexiva e socialmente comprometida (Nóvoa, 2017; Gatti; Barreto; André, 2019; Zeichner, 2020).

Paradoxalmente, esse cenário de complexidade tem sido acompanhado pela consolidação de políticas educacionais que orientam a formação docente a partir de uma racionalidade normativa centrada no desenvolvimento de competências e habilidades mensuráveis. No Brasil, a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Resolução CNE/CP nº 2/2019, que institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), representa um marco nesse processo, ao alinhar a formação docente às demandas de padronização curricular e às exigências do mercado de trabalho (Brasil, 2019; Freitas, 2021; Hypolito, 2022).

Diversos estudos recentes têm apontado que tais diretrizes contribuem para a tecnificação da formação docente, ao privilegiar saberes instrumentais, práticas

prescritivas e modelos de desempenho orientados por resultados, em detrimento da formação teórica, ética e política do professor (Evangelista; Shiroma, 2019; Dourado, 2020; Martinez; Vidal; Silva, 2021). Essa tendência tem sido associada à redução da autonomia profissional docente, à fragilização do papel da universidade na formação crítica e à intensificação de processos de controle e responsabilização individual dos professores (Ball, 2016; Apple, 2019; Oliveira, 2023).

Em contraposição a essa lógica, autores vinculados à tradição crítica da educação defendem uma concepção de formação docente orientada pelos princípios da educação emancipatória, compreendida como processo formativo voltado à construção da autonomia intelectual, da consciência crítica e da capacidade de intervenção social dos sujeitos (Adorno, 1995; Saviani, 2009; Severino, 2017; Biesta, 2020). Nessa perspectiva, a docência é concebida como prática intelectual e política, inseparável do compromisso com a democracia, a justiça social e a inclusão educacional.

No campo específico da educação inclusiva, pesquisas contemporâneas indicam que modelos de formação baseados exclusivamente em competências tendem a invisibilizar a diversidade cultural, social e cognitiva presente nas escolas, dificultando a construção de práticas pedagógicas efetivamente inclusivas (Mantoan, 2015; Pletsch, 2020; Santos; Prieto, 2022). Assim, a tensão entre emancipação e tecnificação torna-se ainda mais evidente quando se analisa a capacidade dessas políticas de responder às demandas reais da escola pública brasileira.

Diante desse cenário, este artigo parte da seguinte problemática: em que medida as políticas educacionais contemporâneas, especialmente a BNCC e a Resolução CNE/CP nº 2/2019, contribuem para a tecnificação da formação de professores, tensionando os princípios de uma educação emancipatória e inclusiva? Para responder a essa questão, desenvolve-se um ensaio teórico de natureza crítico-analítica, fundamentado em autores da tradição crítica da educação e em estudos contemporâneos sobre políticas de formação docente.

O objetivo do estudo é analisar criticamente as tensões entre emancipação e tecnificação na formação de professores no Brasil, evidenciando os limites das

atuais diretrizes normativas e defendendo a necessidade de ressignificação da formação inicial e continuada a partir de uma perspectiva emancipatória, democrática e socialmente referenciada. A contribuição do artigo reside em explicitar como essas políticas operam na reconfiguração da docência, ao mesmo tempo em que problematiza seus impactos sobre a autonomia profissional, a inclusão educacional e o papel social da escola.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A formação de professores ocupa posição estratégica nas agendas educacionais contemporâneas, configurando-se como campo de disputa entre concepções tecnicistas, orientadas por resultados mensuráveis, e abordagens emancipatórias, que enfatizam a autonomia intelectual e o compromisso ético-político da docência.

Neste campo, a literatura recente identifica duas tendências fundamentais: por um lado, a expansão de políticas normativas que padronizam currículos e competências docentes; por outro, investigações que apontam a necessidade de uma formação crítica capaz de responder à diversidade sociocultural e às demandas por justiça social (Cretu; Morandau, 2020).

2.1. FORMAÇÃO DOCENTE E POLÍTICAS EDUCACIONAIS GLOBAIS

Pesquisas internacionais demonstram que a formação inicial de professores tem sido fortemente influenciada por políticas de governança educacional que privilegiam métricas de desempenho e competências técnicas alinhadas ao mercado de trabalho (Cretu; Morandau, 2020). Esse padrão aparece em estudos que analisam programas de preparação docente em diferentes países e contextos, evidenciando a tensão entre prescrições normativas e as exigências de um mundo educacional globalmente complexo, multicultural e heterogêneo (Cochran-Smith *et al.*, 2020). Nesses contextos, tem aumentado o reconhecimento de que a formação de professores precisa ultrapassar abordagens centradas exclusivamente em

habilidades técnicas para incorporar perspectivas que considerem equidade, inclusão e diversidade.

2.2 PERSPECTIVAS CRÍTICAS E EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA

As concepções emancipatórias da formação docente retomam tradições da pedagogia crítica, cuja base conceitual clássica está ancorada em Paulo Freire, cuja obra continua a influenciar o campo globalmente ao propor uma pedagogia como prática de liberdade, em contraste com a denominada “educação bancária”, que reduz o papel do aprendiz à recepção passiva de conteúdos (Freire, 1968/2019). A pedagogia crítica, conforme articulada por Freire e seus interlocutores contemporâneos, como Donaldo Macedo (1987), enfatiza a educação como processo dialógico que articula teoria e prática, sujeito individual e sociedade, e promove a conscientização crítica dos docentes como agentes de transformação social.

Autores como James D. Kyrlo (2022) argumentam que a formação de professores deve incorporar uma perspectiva crítica que desafie as narrativas tecnicistas e promova reflexões profundas sobre identidade docente, currículo e justiça social. A pedagogia crítica contemporânea, apoiada também por teóricos como Joe L. Kincheloe (2008), amplia essa agenda ao integrar análises de poder, cultura e epistemologia no processo de formação de educadores, oferecendo ferramentas para a análise crítica das políticas educacionais e das práticas pedagógicas.

2.3 INCLUSÃO, DIVERSIDADE E COMPETÊNCIAS DOCENTES

A formação de professores para contextos inclusivos tem sido tema de crescente atenção nas pesquisas internacionais, que apontam a necessidade de programas de formação que transcendam a instrução técnica e incorporem princípios de equidade e resposta às diferenças culturais, linguísticas e cognitivas dos alunos. Estudos recentes mostram que programas de formação inicial que

integram componentes de educação inclusiva possuem impacto significativo no preparo de futuros docentes para atuar em salas de aula heterogêneas, exigindo reflexividade, conhecimento contextualizado e habilidades interacionais complexas.

Além disso, pesquisas específicas sobre a transição dos programas de formação docente para abordagens mais inclusivas demonstram que estruturas curriculares tradicionais frequentemente não oferecem preparação suficiente para responder às demandas de educação inclusiva, exigindo *redesign* curricular e apoio profissional contínuo (Kimhi; Bar Nir, 2024).

2.4 DIÁLOGO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA FORMAÇÃO

Outro eixo analítico relevante refere-se à relação entre teoria e prática no processo de formação docente. A literatura contemporânea defende que programas que favorecem a integração entre conhecimento teórico e experiências práticas reflexivas contribuem para uma formação mais sólida e sustentável. Revisões sistemáticas e estudos empíricos recentes enfatizam a importância de experiências estruturadas de prática supervisionada, reflexão crítica e desenvolvimento de comunidades de aprendizagem colaborativa, as quais promovem a capacidade dos futuros professores de adaptar seus saberes a contextos reais de ensino.

2.5 SÍNTESE ANALÍTICA

Em síntese, a fundamentação teórica que orienta este estudo combina perspectivas críticas clássicas e contemporâneas com evidências de pesquisas internacionais sobre formação docente. A tensão entre abordagens tecnicistas e emancipatórias não se limita ao Brasil, mas é um fenômeno global que exige uma compreensão integrada das políticas, currículos e práticas que moldam a formação inicial e continuada dos professores (Cochran-Smith *et al.*, 2020). Nesse debate, a literatura contemporânea destaca a necessidade de superar a tecnificação redutora, incorporando princípios de inclusão, equidade e reflexão crítica que

promovam a formação docente enquanto processo ético-político, capaz de responder às complexas demandas sociais da educação no século XXI.

3. METODOLOGIA

3.1 NATUREZA E ABORDAGEM DA PESQUISA

Esta investigação caracteriza-se como pesquisa qualitativa de natureza teórica e crítico-analítica, conforme práticas metodológicas emergentes no campo educacional que consideram a teoria enquanto método de análise e interpretação, em consonância com abordagens críticas contemporâneas (Matias, 2021). Em contextos de pesquisa educacional que não coletam dados empíricos, a metodologia teórica qualifica-se como estratégia epistemológica legítima, ao estruturar de forma sistemática e rigorosa a seleção, análise e síntese de referências teóricas e normativas pertinentes ao objeto de estudo.

Conforme delineado na literatura metodológica, abordagens que articulam teoria e método operam de modo reflexivo sobre os pressupostos epistemológicos, éticos e políticos que orientam a pesquisa, possibilitando que a análise crítica ultrapasse a simples descrição de conteúdo e promova interpretações fundamentadas dos fenômenos sociais e educacionais (Matias, 2021; Young; Diem, 2024).

3.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

A estratégia utilizada combina pesquisa bibliográfica crítica com análise documental de normativas oficiais que regem a formação de professores no Brasil. A pesquisa bibliográfica foi realizada sistematicamente em bases de dados acadêmicas como *SciELO*, *ERIC*, *Google Scholar* e *Portal de Periódicos Capes*, com recorte temporal de publicações preferencialmente publicadas nos últimos cinco anos (2019-2025), a fim de assegurar relevância teórica atualizada, sem

desconsiderar obras clássicas ainda influentes nos debates sobre educação emancipatória e políticas educacionais.

O levantamento bibliográfico priorizou obras que abordam: formação docente em contextos críticos e normativos; políticas educacionais contemporâneas e epistemologias qualitativas na educação. A seleção dos textos obedeceu aos seguintes critérios de elegibilidade: a) pertinência temática ao objeto de estudo; b) publicação em periódicos indexados ou livros acadêmicos de reconhecida credibilidade; c) contribuição significativa para as discussões sobre formação de professores e políticas educacionais. A análise documental abrangeu textos normativos oficiais brasileiros, notadamente a BNCC e a Resolução CNE/CP nº 2/2019, como fontes primárias para a compreensão das diretrizes legais que orientam a formação docente no país.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E SÍNTESE TEÓRICA

A análise dos materiais selecionados foi conduzida segundo procedimentos de análise crítica de conteúdo, compreendidos como práticas interpretativas que visam identificar e articular categorias temáticas relevantes às tensões entre emancipação e tecnificação na formação docente. Diferentemente de procedimentos positivistas, a análise crítica valoriza a articulação entre teoria e prática, e trata a teoria como ferramenta metodológica ativa na investigação (Matias, 2021).

O processo de síntese envolveu: leitura exploratória e categorização das obras selecionadas para identificação de eixos temáticos recorrentes; comparação analítica entre diferentes perspectivas teóricas, com priorização de autores contemporâneos relevantes ao debate global e nacional sobre formação docente e políticas educacionais. Interpretação crítica dos documentos normativos à luz das referidas perspectivas teóricas, apontando convergências e tensões entre as diretrizes oficiais e os princípios de formação emancipatória.

Este procedimento metodológico, presente em pesquisas teóricas de alto rigor, permite ampliar a compreensão das implicações políticas e pedagógicas das

políticas analisadas, sem a necessidade de coleta empírica direta, mas com forte sustentação interpretativa e crítica.

3.4 JUSTIFICATIVA EPISTEMOLÓGICA

A opção por um método teórico e crítico justifica-se pela natureza do objeto de estudo como as políticas educacionais e normativas formativas cujo exame demanda mais do que a simples descrição de práticas, requerendo análise das lógicas subjacentes, pressupostos ideológicos e impactos sobre a formação docente. Tal procedimento encontra respaldo em abordagens críticas contemporâneas que entendem a pesquisa educacional como um empreendimento reflexivo, que articula teoria e método em um único gesto investigativo (Matias, 2021; Young; Diem, 2024).

3.5 LIMITAÇÕES E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Reconhece-se que a ausência de coleta empírica implica limitações quanto à verificação direta de práticas formativas em contexto real; ainda assim, a análise crítica de documentos e literatura permite construir proposições teóricas sólidas e pertinentes às discussões acadêmicas contemporâneas. A pesquisa seguiu princípios éticos de boa conduta científica, citando adequadamente todas as fontes e evitando uso de dados não autorizados ou não publicamente disponíveis.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise crítico-teórica realizada evidenciou que as políticas educacionais contemporâneas, representadas pela BNCC e pela Resolução CNE/CP nº 2/2019, operam em um universo pragmático que tensiona significativamente os princípios de emancipação e tecnificação na formação de professores. Os resultados podem ser sistematizados em três eixos analíticos principais: a) tecnificação e padronização curricular; b) autonomia docente e formação crítica; c) inclusão e

diversidade na formação docente. Cada eixo é discutido a seguir à luz da literatura atualizada.

4.1 TECNIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO CURRICULAR

Os documentos normativos analisados refletem uma tendência global à padronização de práticas formativas, alinhada às exigências de eficiência e *accountability*. Estudos internacionais, como os de Cochran-Smith *et al.* (2020), apontam que políticas baseadas em competências e indicadores de desempenho tendem a reduzir formas complexas de saber docente a categorias mensuráveis, favorecendo técnicas de ensino padronizadas em detrimento de práticas reflexivas contextuais. Esse resultado converge com a análise de Freitas (2021) e Hypolito (2022), que situam a BNCC e a BNC-Formação dentro de uma lógica tecnocrática voltada a métricas e resultados, reforçando uma formação de professores orientada por demandas de mercado.

Ao confrontar essa tendência com perspectivas emancipatórias, autores como Biesta (2020) criticam a ênfase exclusiva em competências como insuficiente para lidar com a complexidade social e ética da docência. Biesta argumenta que a formação de professores deve privilegiar questões de propósito educacional (*educational purpose*) e julgamento profissional, algo que uma lógica tecnicista tende a negligenciar. A comparação entre Cochran-Smith *et al.* (2020) e Biesta (2020) evidencia um nó interpretativo: ao passo que a primeira perspectiva descreve efeitos sistemáticos de políticas padronizantes, a segunda aponta para implicações normativas e éticas dessa tecnificação, questionando a própria racionalidade subjacente às reformas formativas.

Esse diálogo ressalta que a tecnificação não é apenas uma questão de mecanismos pedagógicos, mas reflete uma mudança epistemológica profunda nas políticas educacionais, que deslocam a formação docente de um locus interpretativo e crítico para um locus instrumental e pragmático. Enfatiza-se, assim, que a tecnificação curricular, ao privilegiar o “saber fazer” sobre o “saber ser e julgar”, empobrece a formação integral dos professores.

4.2 AUTONOMIA DOCENTE E FORMAÇÃO CRÍTICA

Um segundo resultado refere-se à redução da autonomia profissional docente como efeito das diretrizes analisadas. Evidências teóricas revelam que abordagens centradas em competências padronizadas tendem a subordinar a ação docente a prescrições externas, limitando a capacidade de julgamento e adaptação contextual (Apple, 2019; Oliveira, 2023). Enquanto Apple (2019) denuncia a mercantilização da educação como mecanismo de controle social, Oliveira (2023) acrescenta que a formação docente, ao ser absorvida por racionalidades gerenciais, compromete a agência do professor como sujeito pensante e transformador das condições educacionais.

Esse resultado se contrapõe à tradição da pedagogia crítica inspirada em Freire (1968/2019 reedições contemporâneas), que entende a autonomia como central à prática docente emancipatória. No debate atual, Kirylo (2022) amplia essa perspectiva ao enfatizar que a formação crítica não apenas habilita docentes a compreender contextos educativos complexos, mas também os capacita a questionar relações de poder e hierarquias discursivas nas instituições educacionais. Essa visão fortalece a crítica a abordagens tecnicistas e aponta para a necessidade de modelos formativos que incorporem reflexividade, agência profissional e engajamento ético-político.

Quando comparados, os argumentos de Apple (2019) e Kirylo (2022) convergem quanto à insuficiência de modelos formativos que não integrem uma visão crítica da prática docente, mas divergem em ênfases: Apple foca nas estruturas de poder econômico e político que moldam a formação, enquanto Kirylo (2020) focaliza a formação como processo discursivo e emancipatório que pode resistir a tais pressões. Essa tensão ilustra a complexidade do debate contemporâneo: não basta reconhecer a tecnificação; é necessário pensar estratégias formativas que restaurem e ampliam a autonomia profissional em contextos de educação plural.

4.3 INCLUSÃO E DIVERSIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE

O terceiro eixo analítico refere-se à capacidade das políticas formativas consolidadas de promover inclusão e lidar com a diversidade educacional. A literatura internacional recente, como estudos de Kimhi e Bar Nir (2024), destaca que programas de formação que priorizam competências técnicas sem atenção à diversidade cultural, linguística e cognitiva tendem a reproduzir práticas excludentes ou inadequadas para salas de aula heterogêneas. Essa constatação se alinha com a crítica de Mantoan (2015), Santos e Prieto (2022), que enfatizam que a educação inclusiva exige desenvolvimento de saberes complexos de mediação, adaptação curricular e atenção às singularidades dos estudantes.

Embora tanto a literatura nacional quanto a internacional reconheçam a importância da inclusão, a comparação entre abordagens sugere que a simples incorporação do termo “inclusão” nas diretrizes normativas não é suficiente para garantir práticas pedagógicas inclusivas. Isso porque a inclusão efetiva depende de uma formação docente que articule conhecimento contextualizado, competências interacionais e fundamento crítico. Autores como Booth e Ainscow (2023) reforçam que a inclusão deve ser entendida como processo contínuo de reflexão e adaptação não como objetivo técnico a ser alcançado por meio de checklists de competências.

Aqui, a tensão entre emancipação e tecnificação é particularmente evidente: políticas que se concentram em métricas de desempenho podem sinalizar inclusão como um item a ser verificado, ao passo que abordagens emancipatórias a concebem como prática dinâmica de justiça e equidade. A análise comparativa entre Kimhi e Bar Nir (2024), Booth e Ainscow (2023) reforça a necessidade de modelos formativos que integrem práticas reflexivas sobre diversidade com abordagens éticas e políticas, distanciando-se de concepções reducionistas que tratam a inclusão como sequência de técnicas isoladas.

4.4 INTEGRAÇÃO CRÍTICA DOS RESULTADOS

A análise dos três eixos revela que as diretrizes normativas, sob a inspiração de modelos tecnicistas, tendem a fragmentar a formação docente, deslocando-a de uma lógica integradora de saberes críticos, éticos e contextuais. A literatura contemporânea, tanto nacional quanto internacional, ressalta que uma formação docente robusta deve enfrentar a complexidade social e cultural da educação contemporânea por meio de práticas que articulam teoria e prática de forma dialógica (Zeichner, 2020; Biesta, 2020; Kimhi; Bar Nir, 2024).

Enquanto as abordagens tecnicistas oferecem instrumentos e procedimentos que podem ser úteis em contextos específicos, elas se mostram insuficientes para constituir professores capazes de julgar, adaptar e transformar as condições educativas. Por outro lado, as perspectivas críticas, ao enfatizar princípios de emancipação, agência profissional e justiça social, propõem rotas analíticas capazes de reconfigurar a formação docente em termos mais amplos e democráticos.

Os resultados indicam que a tensão entre emancipação e tecnificação não é uma dicotomia simplista, mas um campo de disputa no interior das políticas educacionais contemporâneas. A análise crítico-teórica evidencia que modelos de formação que priorizam métricas e competências técnicas, sem um compromisso profundo com a complexidade social da educação, correm o risco de enfraquecer a autonomia docente, obscurecer práticas inclusivas e restringir o papel crítico dos professores. Em contraste, perspectivas emancipatórias são respaldadas por literatura contemporânea e apontam caminhos para uma formação docente que concilia reflexão, ação e transformação social, elemento essencial para responder às demandas educativas da sociedade do século XXI.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar criticamente as tensões entre emancipação e tecnificação que atravessam a formação de professores no

contexto das políticas educacionais brasileiras contemporâneas, com especial atenção à Base Nacional Comum Curricular e à Resolução CNE/CP nº 2/2019. A partir de um ensaio teórico de natureza crítico-analítica, fundamentado em literatura nacional e internacional atualizada, buscou-se evidenciar como tais normativas vêm reconfigurando os processos formativos docentes, tensionando princípios historicamente associados à educação emancipatória, à autonomia profissional e à inclusão educacional.

A análise desenvolvida ao longo do artigo permitiu identificar que as diretrizes normativas examinadas operam sob uma racionalidade tecnicista e gerencial, centrada na padronização curricular, na centralidade das competências e na mensuração de resultados.

Tal racionalidade, conforme demonstrado pela literatura crítica contemporânea, tende a reduzir a complexidade da docência a um conjunto de procedimentos operacionais, fragilizando a formação teórica, ética e política dos professores e limitando sua capacidade de julgamento profissional e intervenção crítica nos contextos educativos. Esses achados dialogam com pesquisas internacionais que apontam para a expansão de modelos formativos alinhados a agendas neoliberais e a lógica da performatividade, cujos efeitos ultrapassam o plano pedagógico e alcançam a própria identidade docente.

Em contraposição, o estudo evidenciou que as perspectivas emancipatórias de formação docente, amplamente defendidas por autores da tradição crítica da educação, permanecem fundamentais para a construção de uma docência comprometida com a democracia, a justiça social e a inclusão. Ao conceber o professor como sujeito intelectual e político, tais abordagens ressaltam a necessidade de processos formativos que articulem teoria e prática de maneira reflexiva, valorizem o conhecimento contextualizado e reconheçam a diversidade sociocultural presente nas escolas.

Nesse sentido, a formação inicial e continuada não pode ser reduzida a um treinamento técnico, mas deve ser compreendida como um processo contínuo de desenvolvimento crítico e profissional. A principal contribuição deste artigo reside em explicitar, de forma sistematizada, como a tensão entre emancipação e

tecnificação se materializa nas políticas de formação docente brasileiras, situando esse fenômeno em um debate mais amplo, de alcance internacional. Ao estabelecer um diálogo crítico entre diferentes correntes teóricas, o estudo avança na compreensão dos limites das atuais diretrizes normativas e reforça a necessidade de ressignificação da formação docente a partir de uma perspectiva emancipatória e socialmente referenciada.

Reconhecem-se, contudo, algumas limitações inerentes à natureza teórica da pesquisa, sobretudo no que se refere à ausência de investigação empírica que permita analisar como essas políticas são apropriadas e ressignificadas nos contextos concretos de formação e atuação docente.

Assim, pesquisas futuras podem aprofundar esta discussão por meio de estudos empíricos, como análises de currículos de cursos de licenciatura, investigações com formadores e professores em exercício, ou estudos comparativos entre políticas de formação docente em diferentes contextos nacionais.

Conclui-se que a superação das tensões aqui analisadas não se dará por meio de ajustes pontuais nas normativas vigentes, mas exige um compromisso político-pedagógico com modelos de formação que reconheçam a complexidade da docência e reafirmem a educação como prática social, ética e emancipatória. Nesse horizonte, a formação de professores assume papel estratégico na construção de projetos educacionais comprometidos com a inclusão, a pluralidade e a transformação social, reafirmando a centralidade da docência na consolidação de uma educação democrática.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

BALL, Stephen J. **Educação global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BIESTA, Gert. **Educational research**: an unorthodox introduction. London: Bloomsbury Academic, 2020.

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Index for inclusion**: developing learning and participation in schools. 4. ed. Cambridge: Centre for Studies on Inclusive Education, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF, 2019.

COCHRAN-SMITH, Marilyn *et al.* **Teacher education for social justice**: perspectives and possibilities. New York: Teachers College Press, 2020.

CREȚU, D. M.; MORANDAU, F. Initial teacher education for inclusive education: A bibliometric analysis of educational research. **Sustainability**, v. 12, n. 12, art. 4923, 2020.

DOURADO, Luiz Fernandes. Formação de professores e políticas educacionais: novos desafios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, e0222396, 2020.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Formação docente e políticas educacionais no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, e240045, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização**: leitura da palavra e leitura do mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A BNC-Formação e a desqualificação da formação docente. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, e250409, 2021.

GATTI, Bernardete A.; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Professores do Brasil**: novos cenários de formação. Brasília, DF: UNESCO, 2019.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Políticas curriculares, BNCC e formação docente. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22, n. 1, p. 1-20, 2022.

KINCHELOE, Joe L. **Critical pedagogy**. 2. ed. New York: Peter Lang, 2008.

KIMHI, Shiri; BAR NIR, Iris. Preparing teachers for inclusive education: challenges and perspectives. **Teaching and Teacher Education**, v. 129, 104075, 2024.

KIRYLO, James D. **Critical pedagogy**: reflections on theory and practice. New York: Peter Lang, 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2015.

MARTINEZ, Flavia Wegrzyn Magrinelli; VIDAL, Nathalia Cristina; SILVA, Analígia Miranda da. Impactos da Resolução nº 2/2019 na formação inicial docente. **Revista Ensin@ UFMS**, Três Lagoas, v. 2, n. 6, p. 115-132, 2021.

MATIAS, Cheryl E. (org.). **The handbook of critical theoretical research methods in education**. New York: Routledge, 2021.

NÓVOA, António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, 2017.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Políticas de responsabilização e trabalho docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 44, e026419, 2023.

PLETSCH, Márcia Denise. Educação inclusiva e formação de professores: desafios contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 26, n. 4, p. 565-582, 2020.

SANTOS, Geovana Mendonça Lunardi Mendes; PRIETO, Rosângela Gavioli. Formação docente e educação inclusiva: tensões e desafios. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 38, e278517, 2022.

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, sujeito e história**. São Paulo: Cortez, 2017.

ZEICHNER, Kenneth M. Preparing teachers for democratic education. **Journal of Teacher Education**, v. 71, n. 4, p. 390-403, 2020.